



Solução
Editora
a solução para o seu concurso!

Volume IV

Exame Nacional do Ensino Médio

ENEM

**CIÊNCIAS HUMANAS E
SUAS TECNOLOGIAS**

- ▶ EIXO 1 – Sociedade, Cultura e Identidade
- ▶ EIXO 2 – Tempo, História e Transformações
- ▶ EIXO 3 – Espaço, Economia e Globalização
- ▶ EIXO 4 – Política, Cidadania e Estado
- ▶ EIXO 5 – Meio Ambiente e Sociedade
- ▶ EIXO 6 – Atualidades e Temas Contemporâneos

BÔNUS DIGITAL
PANORAMA
HISTÓRICO
COMENTADO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



EIXO 1 – Sociedade, Cultura e Identidade

1. Cultura e identidade	7
2. Diversidade cultural	11
3. Antropologia básica	15
4. Formação da sociedade brasileira	19

EIXO 2 – Tempo, História e Transformações

1. Antiguidade.....	35
2. Idade Média.....	54
3. Moderna	63
4. Contemporânea	70
5. Brasil: colônia.....	96
6. Império	101
7. República até hoje	107

EIXO 3 – Espaço, Economia e Globalização

1. Geopolítica.....	137
2. Blocos econômicos	141
3. Globalização e neoliberalismo	146
4. Industrialização.....	150
5. Trabalho e revoluções industriais	156

EIXO 4 – Política, Cidadania e Estado

1. Democracia	171
2. Direitos humanos.....	172
3. Filosofia política	178
4. Sociologia do poder	191
5. Estado brasileiro	193

EIXO 5 – Meio Ambiente e Sociedade

1. Impactos ambientais.....	205
2. Urbanização e metrópoles.....	210
3. Questão agrária.....	215
4. Desenvolvimento sustentável.....	220
5. Conferências internacionais.....	224

EIXO 6 – Atualidades e Temas Contemporâneos

1. Tecnologia e sociedade.....	239
2. Migrações e conflitos.....	241
3. BRICS e potências globais	243
4. Desigualdade e inclusão social.....	246
5. Problemas urbanos.....	248

EIXO 1 – SOCIEDADE, CULTURA E IDENTIDADE



CULTURA E IDENTIDADE

O QUE É CULTURA: DIMENSÕES E MANIFESTAÇÕES

A cultura é um dos conceitos mais amplos e complexos das Ciências Humanas. Ela envolve tudo aquilo que é criado, aprendido, compartilhado e transmitido por uma sociedade ao longo do tempo. Ao contrário de algo fixo ou limitado a manifestações artísticas, a cultura permeia todos os aspectos da vida social, influenciando comportamentos, valores, costumes, linguagem, crenças, práticas cotidianas e formas de organização.

► Cultura como construção social

A cultura não é inata. Nenhum ser humano nasce com uma cultura: ela é aprendida no convívio com o grupo social. Esse aprendizado ocorre principalmente por meio da socialização, ou seja, do processo pelo qual os indivíduos assimilam os valores, normas e práticas da sociedade em que vivem.

Esse caráter aprendido e compartilhado faz da cultura um fenômeno coletivo, ainda que cada indivíduo possa se apropriar dela de forma única. Dessa maneira, a cultura funciona como uma lente por meio da qual o ser humano interpreta o mundo, age sobre ele e se relaciona com os outros.

As dimensões da cultura:

A cultura pode ser analisada a partir de diferentes dimensões. Isso ajuda a entender a sua complexidade e como ela atua em diversas esferas da vida social:

- **Dimensão simbólica:** envolve os signos, símbolos e significados compartilhados por um grupo social. Isso inclui a linguagem, as religiões, os rituais, as festas, os mitos e outras formas de representação simbólica da realidade.
- **Dimensão material:** diz respeito aos produtos concretos da atividade humana, como ferramentas, roupas, construções, obras de arte, instrumentos musicais e objetos do cotidiano.
- **Dimensão normativa:** refere-se às regras, leis, normas de conduta e padrões morais que orientam o comportamento dos indivíduos em sociedade.
- **Dimensão estética:** envolve as formas de expressão artística, como a música, a dança, a pintura, o teatro, a literatura e o cinema, que variam conforme a época e o grupo social.

▪ **Dimensão subjetiva:** relacionada à maneira como os indivíduos internalizam os elementos culturais, influenciando suas percepções, sentimentos e formas de se posicionar no mundo.

Manifestações culturais:

▪ **As manifestações culturais são as expressões visíveis e reconhecíveis da cultura de um povo. Elas são múltiplas e refletem tanto os valores tradicionais quanto as transformações sociais. Podem ser classificadas em várias categorias, entre elas:**

▪ **Manifestações populares:** como festas religiosas, danças regionais, culinária típica, folclore, artesanato e outras expressões que fazem parte do cotidiano das populações.

▪ **Manifestações eruditas:** são aquelas associadas à produção intelectual e artística formal, como a música clássica, o teatro dramático, a literatura acadêmica e as artes plásticas.

▪ **Manifestações de massa:** são produzidas em larga escala, com o auxílio de meios de comunicação e tecnologias, como o cinema, a televisão, as novelas, os jogos digitais e as redes sociais.

Vale lembrar que todas essas formas de manifestação são válidas e importantes para entender a diversidade cultural de uma sociedade. Nenhuma cultura é superior à outra — esse entendimento é essencial para combater preconceitos e promover o respeito à diversidade.

► Cultura como processo dinâmico

A cultura está em constante transformação. Embora muitos de seus elementos sejam preservados e transmitidos de geração em geração, ela também se reinventa diante de novos contextos, tecnologias e interações sociais. Novos hábitos surgem, velhas práticas são resignificadas, e tradições podem ganhar novos sentidos.

Essa dinamicidade pode ser observada, por exemplo, no modo como a cultura digital influenciou os modos de comunicação, nas adaptações culturais de práticas estrangeiras ou na fusão de expressões culturais distintas em contextos multiculturais.

IDENTIDADE: CONSTRUÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA

A identidade é um conceito central para entendermos como os indivíduos se percebem e se posicionam no mundo. Ela diz respeito ao sentimento de pertencimento, à construção do “eu” em relação ao “outro” e à forma como nos reconhecemos enquanto parte de determinados grupos sociais.

Assim como a cultura, a identidade não é algo fixo ou imutável, mas um processo contínuo de formação, negociação e transformação ao longo da vida.

► **Identidade: mais do que uma característica pessoal**

É comum pensar na identidade como sinônimo de características pessoais — nome, idade, aparência física, nacionalidade, entre outras. No entanto, do ponto de vista das Ciências Humanas, a identidade é compreendida como um fenômeno mais complexo, que envolve tanto a dimensão individual quanto a coletiva.

▪ **Dimensão individual:** refere-se à forma como cada pessoa constrói a sua própria percepção de si, baseada em experiências de vida, memórias, relações afetivas, escolhas e trajetórias pessoais.

▪ **Dimensão coletiva:** diz respeito ao pertencimento a grupos sociais, culturais, étnicos, religiosos, de gênero, classe ou geração. Esses grupos compartilham valores, símbolos, práticas e narrativas comuns, que ajudam a moldar a identidade dos seus membros.

Essas duas dimensões não estão separadas: elas se influenciam mutuamente. Ou seja, a identidade individual é construída em diálogo constante com as referências culturais e sociais que nos cercam.

► **A formação da identidade ao longo da vida**

A identidade não é algo com o qual nascemos pronto. Ela é construída desde a infância e se transforma ao longo da vida, conforme nos relacionamos com diferentes pessoas, lugares e contextos. Esse processo passa por diversas fases, como:

▪ **Socialização primária:** ocorre na infância, principalmente no ambiente familiar. Aqui, a criança aprende os primeiros valores, comportamentos e formas de se relacionar com o mundo.

▪ **Socialização secundária:** acontece fora do ambiente familiar, especialmente na escola, no trabalho, nas relações de amizade e em espaços públicos. Nesse momento, o indivíduo entra em contato com outras visões de mundo, ampliando sua percepção de si e dos outros.

▪ **Experiências de vida:** mudanças de cidade, entrada na universidade, participação em movimentos sociais, traumas, vitórias e perdas são eventos que também influenciam profundamente a identidade.

Portanto, a identidade é dinâmica, podendo se transformar em diferentes momentos da vida, de acordo com os contextos vividos e as escolhas feitas.

► **Identidade e alteridade: o outro como espelho**

A identidade se constrói em relação ao outro. Isso significa que a forma como nos percebemos está, em grande parte, relacionada à forma como somos vistos e tratados pelos demais. Esse conceito é chamado de alteridade, e destaca a importância do “outro” na definição do “eu”.

Por exemplo, uma pessoa pode se identificar como pertencente a um determinado grupo étnico ou religioso não apenas por sua origem, mas também pelas diferenças percebidas em relação a outros grupos. Esse contraste pode gerar um sentimento de pertencimento, mas também pode ser fonte de conflito, discriminação ou exclusão, quando as diferenças não são respeitadas.

► **Múltiplas identidades e identidades híbridas**

Em sociedades cada vez mais plurais e globalizadas, é comum que os indivíduos possuam múltiplas identidades. Uma pessoa pode se identificar, ao mesmo tempo, como mulher, nordestina, professora, mãe, negra, religiosa e militante. Essas identidades não são excludentes, mas se sobrepõem e se complementam.

Além disso, o contato entre diferentes culturas pode gerar identidades híbridas, que misturam elementos de diversas tradições e referências culturais. Esse fenômeno é especialmente comum em contextos de migração, urbanização e globalização, nos quais as fronteiras culturais se tornam mais fluidas.

► **Identidade, reconhecimento e autoestima**

A forma como a identidade é reconhecida socialmente tem um impacto direto na autoestima e na dignidade das pessoas. Quando um grupo social tem sua identidade negada, estigmatizada ou invisibilizada, isso pode gerar sofrimento, exclusão e violência simbólica.

Por outro lado, o reconhecimento positivo das identidades — especialmente daquelas historicamente marginalizadas — contribui para a construção de sociedades mais justas e inclusivas. Políticas públicas, ações afirmativas, espaços de representatividade e valorização da diversidade são caminhos importantes nesse sentido.

A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E IDENTIDADE

A cultura e a identidade são conceitos profundamente interligados. Enquanto a cultura fornece os elementos simbólicos, materiais e normativos que orientam o comportamento e a visão de mundo de um grupo social, a identidade é construída a partir desses elementos, servindo como um reflexo e, ao mesmo tempo, como uma expressão pessoal e coletiva dessa cultura. Entender como essas duas dimensões se relacionam é fundamental para compreender a formação dos sujeitos e das sociedades.

► **Cultura como base da identidade**

A cultura oferece o repertório de referências que molda a forma como as pessoas se veem e são vistas. É por meio da cultura que o indivíduo aprende o idioma que fala, os gestos que usa, os valores que defende, os símbolos aos quais atribui significado, os papéis sociais que desempenha e até mesmo as emoções que considera legítimas ou não.

EIXO 2 – TEMPO, HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES

ANTIGUIDADE

Crescente Fértil é o nome da região conhecida como o lar das primeiras civilizações. A Mesopotâmia faz parte dessa região, uma faixa de terra junto ao Mar Mediterrâneo e o nordeste da África.

A origem desse nome é devida ao seu traçado em forma de semicírculo que lembra a Lua no quarto crescente e também pela presença de grandes rios, cujos vales apresentavam solos férteis propícios para a prática da agricultura. As duas características explicam o nome: lua **CRESCENTE** + solo **FÉRTIL**.

Foram essas áreas férteis em uma região árida que atraíram a fixação de povos nômades e impulsionaram a agricultura baseada na irrigação. Merecem destaque no período a Mesopotâmia e o Egito.

Nesses vales – todo o Crescente Fértil, junto aos rios Nilo, Tigre e Eufrates – se desenvolveram algumas das grandes civilizações da Antiguidade Oriental como a egípcia, babilônica, persa, fenícia, assíria, entre outras.



Fonte: www.infoescola.com

A seguir veremos algumas características dessas civilizações.

Egito

A civilização egípcia desenvolveu-se no nordeste da África às margens do rio Nilo. Situado em meio a dois desertos (Líbia e Arábia), o Egito aproveitou suas características geográficas que contavam com as cheias do Nilo para tornar o solo fértil e prover grandes área de plantio.

Foi ali que houveram duas grandes mudanças:

1 - as comunidades primitivas iniciaram um processo de divisão por território (em busca das melhores terras). Surgiu nesse momento a figura dos primeiros líderes. Eles se destacaram dominando terras, agregando ou expulsando famílias dependendo de suas relações.

2 – duas figuras surgiram como consequência desse fato. A figura do camponês (famílias que não tinham mais a posse da terra) e os nomarcas (líderes que tinha o domínio das terras e abrigavam essas famílias).

O termo nomarca deriva justamente dessas áreas. Essas unidades de terra independentes eram chamadas de *nomos*, logo o chefe de um nomo era o nomarca.

Os nomos não demoraram a entrar em choque uns com os outros fazendo com que os nomos menores desaparecessem anexados ao mais fortes.

Não tardou para que esses agrupamentos crescessem e dessem origem a apenas dois grandes nomos (reinos), e por consequência, dois grandes líderes. Divididos com domínios ao sul e ao norte eles ficaram conhecido como Alto e Baixo Egito.

O reino do sul tinha como símbolo uma coroa branca e o reino do norte era simbolizada por uma coroa vermelha.

Por volta de 3200 a. C o nomarca do sul, Menés, venceu o nomarca do norte unificando o Egito e colocando em sua cabeça as coroas branca e vermelha. A capital do reino passou a ser Tinis, e Menés tomou-se o primeiro faraó. Com ele, começam as grandes dinastias (famílias reais que governaram o Egito por quase 3.000 anos).

O período histórico em que as dinastias governaram o Egito é considerado extenso, e por isso a História do Egito é comumente dividida em três partes:

- **Antigo Império:** de 3200 a.C. até 2200 a.C.
- **Médio Império:** de 2200 a.C. a 1750 a.C.
- **Novo Império:** de 1580 a.C. a 1085 a.C.

O Antigo Império (3200 a 2200 a.C.)

Os sucessores de Menés continuaram a governar por mais de mil anos, e durante todo esse período o Egito Antigo viveu um isolamento quase completo. O faraó possuía poderes imensos, e era visto como uma encarnação do deus do Sol, Rá.

Foi durante o Antigo Império que a classe religiosa (representada pelos sacerdotes) conquistaram poder através da influência e riqueza. As grandes pirâmides de Gizé, consideradas maravilhas honorárias do mundo moderno, foram construídas durante o Antigo Império, atribuídas aos faraós **Quéops, Quéfren e Miquerinos**.

Uma nobreza privilegiada cooperava na administração e na exploração dos camponeses, também acumulando grande poder. Esse fortalecimento levou-a a tentar assumir o controle direto do Estado.

Seguiu-se um período de anarquia em que praticamente cada nobre se julgava em condições de ocupar o trono faraônico; o clero aproveitou-se para expandir seu poder político, apoiando diferentes postulantes ao trono de acordo com seus interesses.

O Médio Império (2000 a 1750 a.C.)

O Médio Império caracterizou-se por uma nova dinastia e uma nova capital: **Tebas**. O Egito havia se expandido em direção ao sul, aperfeiçoou sua rede de canais de irrigação e estabeleceu colônias mineradoras no **Sinai** (Península do Sinai). A procura por cobre (escasso na região) e seu consequente comércio com outros povos fez com que o Egito ficasse conhecido de outras populações do Oriente Médio.

Alguns povos procedentes da Ásia Menor desencadearam uma série de ataques em direção ao vale do Nilo. Após diversos ataques de povos diferentes, foram os hicsos, povo semita que já utilizava o cavalo e o ferro que derrotaram as forças faraônicas do Sinai e ocuparam a região do delta do Egito, onde se instalaram de 1750 a 1580 a.C.

Foi durante essa dominação estrangeira que os hebreus se estabeleceram no Egito.

O Novo Império (1580 a 1085 a.C.)

O faraó Amósis I expulsou os hicsos, dando início a uma fase militarista e expansionista da história egípcia. Sob o reinado de Tutmés III, a Palestina e a Síria foram conquistadas, estendendo o domínio do Egito até as nascentes do rio Eufrates.

Durante esse período de apogeu, o faraó Amenófis IV empreendeu uma revolução religiosa e política. O soberano substituiu o politeísmo tradicional, cujo deus principal era Amon-Ra, por Aton, simbolizado pelo disco solar. Essa medida tinha por finalidade eliminar a supremacia dos sacerdotes, que ameaçavam sobrepujar o poder real.

O faraó passou a denominar-se Akhnaton, atuando como supremo sacerdote do novo deus. A revolução religiosa teve fim com o novo faraó Tutancaton, que restaurou o politeísmo e mudou seu nome para Tutancâmon.

Com a instauração da capital em Tebas, os faraós da dinastia de Ramsés II (1320-1232 a.C.) prosseguiram as conquistas. O esplendor do período foi demonstrado pela construção de grandes templos, como os de Luxor e Karnak.

As dificuldades do período começaram a surgir com as constantes ameaças de invasão das fronteiras. No ano 663 a.C., os assírios invadiram o Egito.

O Renascimento Saíta (663 a 525 a.C.)

Os assírios foram expulsos do Egito pelo faraó Psamético I, que também mudou a capital transferindo-a para a cidade de Saís, no delta do rio Nilo. Após isso houve também uma ampliação do comércio, incentivada pelos faraós que o sucederam.

As lutas pela posse do trono levaram o Egito à ruína. Os camponeses se rebelaram e a nobreza disputava o poder com o clero. Novas invasões aconteceram, fragmentando ainda mais o poder do Egito:

Diversas invasões seguiram não possibilitando ao Egito se reestruturar como Estado. Finalmente os romanos o invadem em 30 a.C., pondo fim ao Egito como Estado independente.

Economia do Egito Antigo

A economia do Egito estava baseada principalmente na agricultura, com o cultivo de cereais como o trigo e a cevada, além do cultivo de linho e papiro. O pastoreio completava os trabalhos na terra, com a criação de rebanhos de gado bovino e ovino.

A agricultura foi amplamente favorecida pelo rio Nilo e seu regime de cheias. A cheia do Rio Nilo era gerada por chuvas na África Oriental e pelo degelo nas terras altas etíopes.

A forma como a agricultura era praticada causava espanto e curiosidade nos estrangeiros. O historiador grego Heródoto, em sua obra *Histórias*, escreveu: *“O Egito é uma dádiva do Nilo”, associando a formação do Egito à presença e utilização do rio.*

Em sua obra, Heródoto também relata sobre a maneira como era feito o cultivo:

“Em todo o mundo, ninguém obtém os frutos da terra com tão pouco trabalho. Não se cansam de sulcar a terra com arado e enxada, nem têm nenhum dos trabalhos que todos os homens têm para garantir as colheitas. O rio sobe, irriga os campos e, depois de os ter irrigado, torna a baixar. Então, cada um semeia o seu campo e nele introduz os porcos para que as sementes penetrem na terra; depois, só têm de aguardar o período da colheita. Os porcos também lhe servem para debulhar o trigo, que é depois transportado para o celeiro.”

Ao longo do Nilo estendiam-se plantações cuidadas pelos felás (camponeses egípcios), desenvolvendo-se rapidamente graças ao aperfeiçoamento das técnicas de plantio e semeadura. A charrua, puxada pelos bois e o emprego de metais propiciaram grandes colheitas.

Teoricamente, as terras pertenciam ao faraó, porém a nobreza detinha grande parte delas. Enormes armazéns guardavam as colheitas que eram administradas pelo Estado.

De um modo geral, a economia egípcia é enquadrada no modo de produção asiático, em que a propriedade geral das terras pertencia ao Estado e as relações sociais de produção fundamentavam-se no regime de servidão coletiva. As comunidades camponesas, presas à terra que cultivavam, entregavam os resultados da produção ao Estado, representado pela pessoa do rei.

A sociedade egípcia

O Egito é considerado uma Sociedade Hidráulica, cuja organização está relacionada com os períodos de seca e cheia dos rios. Nesse tipo de sociedade, a distinção social começou a se fazer notar através do domínio das áreas férteis: os donos das terras ocupavam as áreas mais altas da sociedade enquanto os camponeses, sua base.

EIXO 3 – ESPAÇO, ECONOMIA E GLOBALIZAÇÃO



GEOPOLÍTICA

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA GEOPOLÍTICA

A geopolítica é um campo de estudo que analisa as relações de poder no espaço geográfico, levando em consideração aspectos territoriais, estratégicos, econômicos e culturais. Para entender sua importância no mundo contemporâneo, é essencial compreender como ela se formou historicamente e quais foram os pensadores e eventos que contribuíram para a sua consolidação como ferramenta de análise e ação política.

► Origens do pensamento geopolítico

O pensamento geopolítico tem raízes que remontam à Antiguidade, embora o termo “geopolítica” só tenha sido cunhado no final do século XIX. Civilizações como a grega e a romana já refletiam sobre a importância do controle territorial para o poder e a sobrevivência de seus impérios. No entanto, a sistematização da geopolítica como um campo de estudo começou a ganhar forma com o surgimento dos Estados modernos e a consolidação do sistema internacional baseado na soberania territorial.

No século XVII, com o Tratado de Westfália (1648), surgiu a noção moderna de Estado soberano. A partir daí, a política internacional passou a ser estruturada com base em fronteiras e territórios definidos, o que abriu espaço para uma análise mais técnica sobre a influência da geografia na política dos Estados.

► A consolidação no século XIX

O século XIX marcou o início da institucionalização da geopolítica como disciplina. Esse período foi caracterizado pelo imperialismo europeu, pela corrida colonial e pela rivalidade entre potências, especialmente na Europa. A expansão territorial exigia um conhecimento profundo sobre as características físicas dos territórios a serem ocupados, suas populações e recursos. A geopolítica emergiu, assim, como ferramenta para justificar e planejar a dominação territorial.

Foi nesse contexto que surgiram os primeiros teóricos da geopolítica. Um dos mais importantes foi Friedrich Ratzel, geógrafo alemão que introduziu a ideia de que o Estado funciona como um organismo vivo, que precisa de espaço vital para se desenvolver. Esse conceito, mais tarde chamado de “Lebensraum”, influenciou ideologias expansionistas e totalitárias no século XX.

► Os clássicos da geopolítica

A partir de Ratzel, outros pensadores desenvolveram teorias que marcaram a geopolítica moderna:

- **Halford Mackinder (Reino Unido):** formulou a teoria do “Heartland” em 1904. Segundo ele, quem controlasse o “coração” da Eurásia controlaria o mundo. Essa região central, sem fácil acesso marítimo, seria estratégica para o domínio global.

- **Alfred Mahan (Estados Unidos):** defendeu a importância do poder naval como fator decisivo nas disputas internacionais. Para ele, controlar os mares era essencial para manter a supremacia política e econômica.

- **Nicholas Spykman:** contrapôs a teoria de Mackinder com a ideia do “Rimland” — o cinturão costeiro da Eurásia — como área-chave para o poder global. Essa visão influenciou profundamente a política externa dos Estados Unidos no século XX, especialmente durante a Guerra Fria.

Essas teorias revelam como o pensamento geopolítico está profundamente ligado às estratégias de poder dos Estados. A geopolítica não é neutra; ela reflete interesses e disputas por influência e controle territorial.

► Geopolítica e as guerras mundiais

Durante o século XX, especialmente nas duas guerras mundiais, a geopolítica foi amplamente utilizada para justificar ações militares e estratégias de dominação. A Alemanha nazista, por exemplo, utilizou conceitos geopolíticos para argumentar a favor de sua expansão para o leste europeu, em busca do “espaço vital”.

Já na Guerra Fria, a geopolítica foi reinterpretada dentro da lógica bipolar entre Estados Unidos e União Soviética. Cada superpotência buscava ampliar sua influência geoestratégica, apoiando governos aliados, instalando bases militares e travando guerras indiretas em países periféricos. A noção de “zonas de influência” tornou-se central nesse período.

► A crítica à geopolítica clássica

A partir da segunda metade do século XX, surgiram críticas à abordagem tradicional da geopolítica, que era vista como excessivamente centrada no poder dos Estados e nas estratégias militares. Muitos intelectuais passaram a questionar a ideia de que o território físico é o único fator decisivo nas relações internacionais.

Autores da chamada geopolítica crítica trouxeram à tona novas preocupações, como os efeitos do capitalismo global, os conflitos étnicos, o papel das organizações internacionais e os impactos das tecnologias de comunicação.

A geopolítica passou a ser compreendida como um campo mais dinâmico, em que múltiplos atores — e não apenas Estados — influenciam as decisões políticas e econômicas.

O PAPEL DOS ESTADOS NACIONAIS NA GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Na geopolítica contemporânea, os Estados nacionais continuam exercendo um papel central, embora o cenário internacional tenha se tornado mais complexo com o avanço da globalização, a atuação de organizações supranacionais e o fortalecimento de atores não estatais.

Apesar dessas transformações, os Estados permanecem como as principais unidades organizadoras das relações internacionais, controlando territórios, tomando decisões estratégicas e estabelecendo políticas que afetam diretamente o equilíbrio global.

► O Estado como ator geopolítico soberano

Desde o surgimento do sistema westfaliano no século XVII, o Estado-nação consolidou-se como a principal estrutura de organização política e territorial. Ele exerce soberania sobre um território delimitado por fronteiras e possui o monopólio legítimo do uso da força. Essa estrutura ainda é o ponto de partida para a maioria das análises geopolíticas, pois é a partir do Estado que se articulam políticas externas, estratégias militares, acordos comerciais e alianças diplomáticas.

Na prática, a soberania estatal permite que os governos definam seus interesses nacionais e tracem estratégias para defendê-los. Isso inclui desde a proteção das fronteiras e dos recursos naturais até a ampliação de sua influência política e econômica no cenário global. Os Estados, portanto, ainda são os principais responsáveis por decisões que envolvem guerra e paz, comércio internacional, política migratória, segurança energética e meio ambiente.

► A resiliência dos Estados frente à globalização

Durante as últimas décadas, houve uma expectativa de que a globalização diminuísse a relevância dos Estados nacionais, substituídos por blocos econômicos, corporações multinacionais e organizações internacionais. No entanto, o que se observou foi uma reconfiguração do papel do Estado, e não sua substituição.

Os Estados continuam sendo fundamentais para:

- Regular o fluxo de capitais e mercadorias;
- Estabelecer políticas públicas e sociais;
- Controlar as fronteiras e definir políticas migratórias;
- Proteger os interesses nacionais em disputas internacionais;
- Representar suas populações em fóruns multilaterais.

A pandemia de COVID-19, por exemplo, reforçou esse papel. Frente à crise sanitária, foram os Estados que coordenaram medidas de contenção, fecharam fronteiras, compraram vacinas

e implementaram políticas de recuperação econômica. Isso demonstrou que, mesmo em um mundo interconectado, o Estado ainda é insubstituível em momentos de crise global.

► Estados como centros de poder militar e estratégico

Outro aspecto essencial é o papel dos Estados como detentores das forças armadas. O controle sobre o aparato militar continua sendo uma ferramenta decisiva na projeção de poder e influência. As principais potências do mundo — como Estados Unidos, China, Rússia e Índia — utilizam seu poder militar tanto para garantir segurança interna quanto para atuar em conflitos regionais ou missões de dissuasão global.

Além disso, o domínio de tecnologias estratégicas, como armamentos nucleares, satélites, inteligência artificial e segurança cibernética, passa diretamente pelos Estados. O investimento em defesa e tecnologia militar é uma das formas mais claras de expressão da geopolítica contemporânea, e está fortemente relacionado com a capacidade de um país afirmar seus interesses frente aos demais.

► A diplomacia e as alianças interestatais

Outro instrumento geopolítico dos Estados é a diplomacia. Ela permite a construção de alianças, tratados e parcerias que ampliam a capacidade de influência e promovem estabilidade regional. Organizações como a ONU, a OTAN, a União Europeia, o Mercosul e a União Africana são formadas por Estados soberanos que, mesmo cooperando, não abrem mão de seus interesses nacionais.

A diplomacia também se manifesta em formas mais sutis de influência, como:

- Cooperação científica e educacional;
- Financiamentos e investimentos externos;
- Acordos ambientais e comerciais;
- Pressão política por meio de sanções e embargos.

Nesse sentido, os Estados continuam sendo os principais responsáveis pela construção da ordem mundial, seja por meio de alianças pacíficas, seja por disputas estratégicas.

► Estados e as disputas por recursos e território

A geopolítica contemporânea também mostra que os conflitos por território, energia, água e outros recursos estratégicos continuam sendo protagonizados pelos Estados. Mesmo com a crescente atuação de empresas multinacionais, é o Estado que fornece proteção legal e militar aos seus interesses econômicos. Disputas como:

- A guerra entre Rússia e Ucrânia;
- As tensões no Mar do Sul da China;
- O controle das rotas do Ártico com o derretimento das calotas polares;
- As disputas por fontes de energia na África e no Oriente Médio;

Demonstram que o território e os recursos naturais continuam sendo elementos centrais da ação geopolítica dos Estados.

EIXO 4 – POLÍTICA, CIDADANIA E ESTADO

DEMOCRACIA

Democracia como valor político e princípio constitucional

A democracia é um dos conceitos mais centrais da organização política moderna e ocupa posição de destaque tanto nas provas do ENEM quanto nos principais vestibulares do país. Mais do que uma forma de governo, ela representa um sistema baseado na soberania popular, na participação cidadã, na garantia de direitos fundamentais e na limitação do poder estatal.

A palavra “democracia” tem origem no grego *demos* (povo) e *kratos* (poder), significando, literalmente, “governo do povo”. Entretanto, sua aplicação histórica passou por diversas transformações. Na Grécia Antiga, a democracia era direta: os cidadãos participavam pessoalmente das decisões políticas. Já nas sociedades modernas, caracterizadas por grandes populações e extensos territórios, consolidou-se a democracia representativa, em que o povo elege seus representantes por meio do voto.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 instituiu o Estado Democrático de Direito, fundamentado na soberania popular, na cidadania, na dignidade da pessoa humana e no pluralismo político. Esses pilares não apenas estruturam o sistema político, mas também orientam a proteção dos direitos humanos e a atuação do poder público.

Para o ENEM, compreender a democracia exige ir além da definição formal. É necessário relacioná-la a temas como:

- Participação política;
- Direitos humanos;
- Igualdade social;
- Liberdade de expressão;
- Combate à desinformação;
- Inclusão de minorias.

Frequentemente, a redação do ENEM aborda problemas sociais que revelam tensões democráticas, exigindo do candidato capacidade crítica e proposta de intervenção compatível com os direitos humanos.

Fundamentos da democracia: princípios e mecanismos de funcionamento

A democracia moderna se estrutura sobre alguns princípios essenciais:

- a) Soberania popular

O poder emana do povo, que o exerce direta ou indiretamente, por meio de representantes eleitos ou de instrumentos como plebiscito, referendo e iniciativa popular.

b) Estado de Direito

Todos — governantes e governados — estão submetidos à lei. A existência de normas claras e instituições independentes impede arbitrariedades.

c) Separação de poderes

Inspirado em Montesquieu, o modelo divide o poder em Executivo, Legislativo e Judiciário, criando mecanismos de freios e contrapesos (checks and balances).

d) Pluralismo político

Reconhecimento da diversidade de ideias, partidos, crenças e opiniões. A democracia pressupõe convivência entre diferentes.

e) Garantia de direitos fundamentais

Liberdade de expressão, liberdade religiosa, direito de associação e igualdade perante a lei são bases indispensáveis.

Além disso, é importante compreender a distinção entre:

- **Democracia formal:** existência de eleições e instituições representativas.
- **Democracia substancial:** efetiva garantia de direitos sociais, igualdade material e participação real da população.

No ENEM, é comum que textos motivadores tragam reflexões sobre déficits democráticos, como exclusão social, desigualdade econômica ou restrições indiretas à participação política.

Dica Rápida

Democracia = poder do povo. Para memorizar, use o esquema “3P + 2D”:

- **Povo:** soberania popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular).
- **Participação:** direta (assembleias, consultas) e indireta (representantes eleitos).
- **Pluralismo:** liberdade de opinião, partidos e imprensa.
- **Divisão de Poderes:** Executivo, Legislativo e Judiciário independentes e harmônicos.
- **Direitos Fundamentais:** base do Estado Democrático de Direito.

Macete: sem eleições livres + sem direitos fundamentais + sem separação de poderes → não é democracia plena.

Democracia no Brasil: avanços históricos e desafios estruturais

A história democrática brasileira é marcada por períodos de instabilidade. Após a experiência imperial, o país passou por fases de autoritarismo, como o Estado Novo (1937–1945) e a Ditadura Militar (1964–1985). A redemocratização culminou na Constituição de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”.

Entre os avanços observados nas últimas décadas, destacam-se:

- Ampliação do acesso ao voto;
- Consolidação das eleições periódicas;
- Expansão de políticas públicas sociais;
- Fortalecimento de instituições de controle.

Contudo, persistem desafios significativos:

- Desigualdade social profunda;
- Baixa participação política contínua (além do voto);
- Desinformação e manipulação digital;
- Polarização política intensa;
- Crise de confiança nas instituições.

A democracia não se resume ao ato de votar. Ela depende de educação política, transparência governamental e cultura de respeito às diferenças.

No contexto do ENEM, é relevante relacionar democracia com problemas sociais concretos. Por exemplo:

- A exclusão digital limita a participação informada.
- A violência política afeta minorias.
- A desigualdade educacional compromete o exercício pleno da cidadania.

Essas conexões fortalecem argumentos e demonstram maturidade crítica.

Democracia e cidadania: participação ativa e responsabilidade social

A cidadania é elemento indissociável da democracia. Não basta a existência de instituições formais; é fundamental que a população exerça seus direitos e cumpra seus deveres.

Formas de participação democrática incluem:

- Voto consciente;
- Fiscalização de representantes;
- Participação em conselhos e audiências públicas;
- Mobilização social;
- Engajamento em organizações da sociedade civil.

A educação exerce papel decisivo nesse processo. Uma sociedade bem informada é menos vulnerável à manipulação e mais capaz de exigir políticas públicas eficazes.

O ENEM valoriza candidatos que compreendem a democracia como processo dinâmico. Em redações, é importante evitar discursos extremados ou antidemocráticos. A proposta de intervenção deve sempre respeitar:

- Direitos humanos;
- Legalidade;
- Pluralidade de opiniões;
- Inclusão social.

Uma boa estratégia argumentativa é utilizar repertórios socioculturais como:

- Pensadores clássicos (Aristóteles, Rousseau, Montesquieu);
- Documentos históricos (Constituição de 1988, Declaração Universal dos Direitos Humanos);
- Dados sociais sobre desigualdade e participação política.

Fique de Olho

A banca adora misturar democracia com cidadania, república e liberalismo. Pegadinha clássica: afirmar que apenas votar já caracteriza democracia. Errado. Regimes com eleições podem ser autoritários se não houver garantias institucionais e direitos fundamentais.

No ENEM, o tema pode aparecer em textos sobre redes sociais, fake news ou participação política. Em Redação, costuma se conectar a cidadania ativa e fortalecimento das instituições.

Estratégia: identifique no enunciado se a questão trata de forma de governo (república/monarquia) ou forma de regime (democracia/autoritarismo). Essa distinção elimina muitos candidatos.

DIREITOS HUMANOS**► Definição e Origem dos Direitos Humanos**

Os direitos humanos são um conjunto de garantias fundamentais destinadas a proteger a dignidade e o bem-estar de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra condição. Estes direitos são universais e inalienáveis, o que significa que pertencem a

EIXO 5 – MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE



IMPACTOS AMBIENTAIS

PRINCIPAIS TIPOS DE IMPACTOS AMBIENTAIS

► Impactos ambientais: o que são

Os impactos ambientais são alterações provocadas no meio ambiente como resultado de atividades humanas ou de fenômenos naturais. Essas alterações podem ser negativas, como a poluição e o desmatamento, ou positivas, quando promovem a recuperação de áreas degradadas. No entanto, na maioria dos casos, o termo é associado a efeitos prejudiciais ao equilíbrio ecológico.

► Classificação dos impactos ambientais

Existem diferentes formas de classificar os impactos ambientais, mas a abordagem mais comum é por tipo de dano causado. Abaixo, listamos os principais:

Poluição ambiental:

É um dos impactos mais conhecidos e abrange diferentes formas de contaminação dos elementos naturais.

- **Poluição atmosférica:** causada pela emissão de gases e partículas tóxicas na atmosfera, geralmente resultantes da queima de combustíveis fósseis, atividades industriais e queimadas.

- **Poluição hídrica:** ocorre quando substâncias químicas, resíduos domésticos e industriais contaminam rios, lagos e oceanos, comprometendo a vida aquática e o abastecimento humano.

- **Poluição do solo:** relacionada ao descarte inadequado de resíduos, uso excessivo de agrotóxicos e vazamento de substâncias tóxicas, o que prejudica a fertilidade do solo e a saúde humana.

- **Poluição sonora e visual:** embora menos discutidas, também afetam o bem-estar da população, principalmente em áreas urbanas.

Desmatamento:

O desmatamento é a remoção total ou parcial da vegetação nativa, geralmente para dar lugar à agricultura, pecuária ou urbanização. Ele reduz a biodiversidade, altera o clima local, compromete os recursos hídricos e contribui para o aquecimento global devido à liberação de carbono.

Erosão do solo:

Esse impacto está relacionado à retirada da vegetação e ao manejo inadequado do solo. Sem cobertura vegetal, o solo se torna vulnerável à ação da chuva e do vento, perdendo nutrientes e podendo causar assoreamento de rios e deslizamentos.

Perda da biodiversidade:

A destruição de habitats, a poluição e as mudanças climáticas estão entre os principais fatores que levam à extinção de espécies. A perda da biodiversidade compromete a estabilidade dos ecossistemas e a oferta de serviços ambientais essenciais, como polinização, regulação do clima e purificação da água.

Mudanças climáticas:

As mudanças climáticas são um impacto ambiental de grande escala, causadas principalmente pela emissão de gases de efeito estufa. Elas provocam alterações nos padrões de temperatura, aumento do nível do mar, eventos climáticos extremos e impactos diretos na agricultura, na saúde e na economia.

Urbanização desordenada:

A expansão urbana sem planejamento adequado resulta em diversos impactos, como a impermeabilização do solo, aumento da poluição, ocupação de áreas de risco e degradação de mananciais. Cidades que crescem sem controle geram desequilíbrios socioambientais profundos.

Contaminação por resíduos sólidos:

O descarte inadequado de lixo, especialmente em áreas sem sistemas de coleta e tratamento eficientes, causa contaminação do solo, da água e do ar. Além disso, favorece a proliferação de doenças e impacta negativamente o paisagismo e o turismo.

Contaminação por substâncias tóxicas:

O uso de produtos químicos em larga escala na agricultura e na indústria pode gerar impactos duradouros no meio ambiente e na saúde humana. Substâncias como metais pesados, pesticidas e solventes industriais têm alto potencial de contaminação e bioacumulação.

Sobrepesca e degradação marinha:

A exploração excessiva dos recursos pesqueiros compromete a renovação das espécies e altera o equilíbrio dos ecossistemas marinhos. A poluição dos oceanos e a destruição de recifes de corais também agravam o quadro, afetando populações que dependem diretamente da pesca.

Queimadas e incêndios florestais:

As queimadas, muitas vezes usadas como prática agrícola, e os incêndios florestais causam perda de biodiversidade, poluição atmosférica, destruição de habitats e desequilíbrios climáticos. Em muitos casos, são agravadas por períodos de seca e ausência de fiscalização.

CAUSAS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Compreender as causas dos impactos ambientais é essencial para que possamos encontrar soluções eficazes e sustentáveis. A maioria dos danos ao meio ambiente está diretamente ligada às ações humanas, mas há também fatores naturais que influenciam.

► Ação humana como principal fator

A atividade humana é, de longe, a principal responsável pelos impactos ambientais mais significativos. Com o crescimento da população e o avanço da tecnologia, aumentaram também as demandas por recursos naturais, alimentos, energia e espaço urbano. Essa pressão constante sobre o meio ambiente gera desequilíbrios que afetam todos os ecossistemas.

Expansão agrícola e pecuária:

- O crescimento da agricultura e da pecuária é uma das maiores causas de desmatamento, uso excessivo de água e aplicação de agrotóxicos.
- A conversão de florestas em áreas produtivas reduz a biodiversidade e altera o equilíbrio dos ecossistemas.
- O uso intensivo do solo pode levar à erosão, compactação e perda da fertilidade.

Industrialização:

- A atividade industrial, quando realizada sem controle ambiental adequado, gera poluição do ar, da água e do solo.
- Emissões de gases poluentes, como dióxido de enxofre e óxidos de nitrogênio, contribuem para a chuva ácida e doenças respiratórias.
- Resíduos tóxicos e metais pesados são frequentemente descartados de maneira incorreta, contaminando os ecossistemas e afetando a saúde pública.

Urbanização acelerada:

- O crescimento desordenado das cidades leva à ocupação de áreas verdes, nascentes e encostas, o que aumenta o risco de desastres ambientais.
- A impermeabilização do solo com concreto e asfalto impede a absorção da água da chuva, gerando enchentes e erosão.

- A concentração populacional em áreas urbanas também intensifica a produção de resíduos e a demanda por energia e transporte.

Queima de combustíveis fósseis:

- A queima de carvão, petróleo e gás natural em veículos, indústrias e usinas é a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO₂).
- Esses gases intensificam o aquecimento global e provocam mudanças climáticas em todo o planeta.
- Além disso, a poluição do ar agrava problemas de saúde, especialmente em regiões urbanas.

Consumo excessivo e cultura do descarte:

- A sociedade de consumo incentiva a produção em massa, o uso de produtos descartáveis e o desperdício de recursos.
- O consumo exagerado de água, energia e matérias-primas pressiona os ecossistemas e gera grandes quantidades de lixo.
- Muitos produtos são descartados sem reciclagem, contribuindo para a contaminação do solo e da água.

Desmatamento:

- Realizado principalmente para a abertura de áreas agrícolas, criação de gado e exploração de madeira.
- A retirada da vegetação afeta diretamente o ciclo da água, a qualidade do ar e a estabilidade do solo.
- Também contribui para o aumento do efeito estufa, já que as árvores absorvem o CO₂ da atmosfera.

Uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos:

- Esses produtos químicos, largamente utilizados na agricultura convencional, contaminam o solo, a água e até mesmo os alimentos.
- Podem afetar diretamente a fauna e a flora local, além de causar problemas de saúde em trabalhadores rurais e consumidores.
- Em excesso, os fertilizantes causam a eutrofização de lagos e rios, processo que leva à morte de peixes por falta de oxigênio.

Lançamento inadequado de resíduos:

- Muitos resíduos domésticos, industriais e hospitalares são lançados sem tratamento adequado em rios, terrenos baldios ou lixões.
- Essa prática contamina os recursos hídricos, prolifera doenças e afeta a fauna e flora locais.
- A ausência de coleta seletiva e de políticas de reciclagem agrava o problema.

Pesca predatória e exploração de recursos marinhos:

- A retirada descontrolada de espécies aquáticas causa desequilíbrios nos oceanos e ameaça a biodiversidade marinha.

EIXO 6 – ATUALIDADES E TEMAS CONTEMPORÂNEOS

TECNOLOGIA E SOCIEDADE

A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E A TRANSFORMAÇÃO DA VIDA CONTEMPORÂNEA

A relação entre tecnologia e sociedade configura-se como um dos debates mais relevantes da contemporaneidade e, consequentemente, como tema recorrente no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em propostas de redação que abordam desafios sociais, cidadania, democracia, educação e trabalho, a tecnologia aparece como elemento central para a compreensão das transformações do mundo atual. Mais do que um conjunto de máquinas ou dispositivos digitais, ela representa um fator estruturante da organização social, influenciando comportamentos, valores e formas de interação.

Historicamente, os avanços tecnológicos sempre estiveram associados a profundas mudanças sociais. A Primeira Revolução Industrial, no século XVIII, mecanizou a produção e alterou as relações de trabalho. A Segunda Revolução Industrial ampliou a produção em massa e consolidou o capitalismo industrial. Já a Terceira Revolução, marcada pela informática e pela eletrônica no século XX, inaugurou a era da informação. Atualmente, vivencia-se a chamada Quarta Revolução Industrial, caracterizada pela integração entre o mundo físico e o digital, com o uso de inteligência artificial, internet das coisas, robótica avançada e análise massiva de dados (big data).

O diferencial dessa nova fase está na velocidade e na abrangência das transformações. A conectividade global permite que informações circulem em tempo real, aproximando culturas e mercados. No Brasil, o uso intensivo de redes sociais, aplicativos de mensagens e plataformas digitais demonstra como a tecnologia está incorporada ao cotidiano, influenciando desde relações pessoais até práticas comerciais e políticas. A digitalização de serviços bancários, compras online e ensino remoto exemplifica essa nova dinâmica social.

Entretanto, é fundamental compreender que a tecnologia não é neutra. Ela produz efeitos diversos, que podem ser tanto positivos quanto problemáticos. Entre os benefícios, destacam-se a ampliação do acesso à informação, a democratização do conhecimento e os avanços na área da saúde, como a telemedicina e o desenvolvimento acelerado de vacinas. Além disso, a tecnologia facilita a comunicação entre pessoas de diferentes regiões, promovendo intercâmbio cultural e novas formas de sociabilidade.

Por outro lado, os impactos negativos também merecem atenção. A dependência excessiva de dispositivos digitais pode afetar relações interpessoais e a saúde mental. A exclusão digital impede que parcelas da população usufruam plenamente das oportunidades oferecidas pelo ambiente virtual. Ademais, o uso inadequado de tecnologias pode gerar problemas como disseminação de desinformação, violação de privacidade e aumento das desigualdades sociais.

Para o ENEM, é essencial que o estudante desenvolva uma visão crítica e equilibrada sobre essas transformações. Não se trata de adotar uma postura tecnofóbica, que rejeita os avanços, nem tecnofílica, que os idealiza, mas de reconhecer que a tecnologia é resultado de escolhas humanas e, portanto, pode e deve ser orientada por princípios éticos e sociais. Em uma redação, é importante demonstrar capacidade de análise, relacionando a revolução tecnológica a temas como cidadania digital, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Assim, compreender a Revolução Tecnológica significa entender como ela redefine as estruturas da vida contemporânea. O estudante que domina esse debate consegue articular argumentos consistentes, utilizar repertórios socioculturais pertinentes e propor intervenções responsáveis, competências fundamentais para alcançar um bom desempenho no ENEM.

Dica Rápida

A tecnologia transformou a sociedade ao ampliar o acesso à informação, impulsionar avanços na saúde — como a telemedicina e o uso da inteligência artificial —, inovar a educação com o ensino a distância e fortalecer a comunicação global instantânea. Por outro lado, também gera desafios, como a exclusão digital, o desemprego estrutural causado pela automação e a disseminação de fake news. Para o ENEM, memorize os conceitos centrais: a Quarta Revolução Industrial envolve IA, robótica e automação; a Sociedade da Informação valoriza o conhecimento como principal recurso econômico; a Inteligência Artificial simula capacidades humanas; e a LGPD protege dados pessoais.

TECNOLOGIA, MERCADO DE TRABALHO E DESIGUALDADES SOCIAIS

Um dos impactos mais evidentes da tecnologia manifesta-se no mundo do trabalho, setor profundamente transformado pelos avanços da automação e da inteligência artificial. Máquinas, softwares e algoritmos passaram a executar tarefas antes

desempenhadas exclusivamente por seres humanos, especialmente aquelas de caráter repetitivo e operacional. Na indústria, robôs realizam etapas inteiras da produção com maior precisão e rapidez; no setor de serviços, caixas eletrônicos, aplicativos bancários e sistemas de autoatendimento substituem parte da mão de obra tradicional. Esse movimento evidencia uma mudança estrutural na lógica produtiva contemporânea.

Entretanto, esse avanço tecnológico não ocorre sem consequências sociais. Um dos fenômenos associados a esse processo é o chamado desemprego estrutural, que ocorre quando determinadas profissões deixam de existir ou se tornam obsoletas em razão de transformações tecnológicas permanentes. Diferentemente do desemprego conjuntural, que está ligado a crises econômicas temporárias, o desemprego estrutural exige requalificação profissional, pois as funções eliminadas não tendem a retornar. Profissões ligadas a atividades mecânicas e burocráticas têm sido progressivamente substituídas por sistemas automatizados.

Paralelamente, novas ocupações surgem, sobretudo nas áreas de tecnologia da informação, programação, análise de dados, cibersegurança e desenvolvimento de sistemas. A chamada economia digital cria demandas por profissionais qualificados, capazes de lidar com inovação e conhecimento técnico especializado. No entanto, surge um problema central: o acesso desigual à educação de qualidade. Em países marcados por profundas disparidades socioeconômicas, como o Brasil, grande parcela da população não dispõe de formação adequada para competir nesse novo mercado. Dessa forma, a tecnologia pode ampliar a distância entre aqueles que possuem alta qualificação e aqueles que não tiveram oportunidades educacionais suficientes.

Outro aspecto relevante é a chamada “uberização” do trabalho, termo utilizado para descrever modelos de prestação de serviços mediados por plataformas digitais. Aplicativos de transporte e entrega exemplificam esse fenômeno, no qual trabalhadores atuam de forma autônoma, sem vínculos empregatícios tradicionais. Embora esse modelo ofereça flexibilidade e possibilidade de geração de renda, ele também levanta questionamentos sobre precarização das relações de trabalho. A ausência de garantias como férias remuneradas, décimo terceiro salário e proteção previdenciária coloca muitos trabalhadores em situação de vulnerabilidade social.

Essa realidade reforça a necessidade de discutir a relação entre tecnologia e desigualdade. A exclusão digital constitui um dos principais desafios contemporâneos. Milhões de pessoas ainda não têm acesso à internet de qualidade ou a dispositivos eletrônicos adequados, o que limita suas oportunidades educacionais e profissionais. Durante a pandemia de COVID-19, o ensino remoto evidenciou essa disparidade: estudantes sem acesso à conectividade enfrentaram dificuldades para acompanhar as aulas, ampliando desigualdades já existentes.

Assim, a tecnologia apresenta um caráter ambivalente. Pode funcionar como instrumento de mobilidade social, ao ampliar o acesso à informação e criar novas oportunidades econômicas, mas também pode intensificar desigualdades quando não acompanhada de políticas públicas eficazes. Investimentos em educação tecnológica, ampliação da infraestrutura digital e programas de capacitação profissional são estratégias fundamentais para promover inclusão. Dessa maneira, o avanço tecnológico poderá contribuir para o desenvolvimento social, e não para o aprofundamento das disparidades existentes.

TECNOLOGIA, DEMOCRACIA E ÉTICA NA ERA DIGITAL

A relação entre tecnologia e democracia tornou-se um dos debates mais relevantes do século XXI, especialmente em sociedades altamente conectadas. As redes sociais e as plataformas digitais modificaram profundamente a forma como os indivíduos se informam, se posicionam politicamente e participam do espaço público. Se antes os meios tradicionais de comunicação — como televisão, rádio e jornais — concentravam a produção e a difusão de informações, hoje qualquer pessoa com acesso à internet pode produzir conteúdo e alcançar milhares ou até milhões de usuários. Esse fenômeno amplia a participação social e fortalece, em certa medida, a pluralidade de vozes.

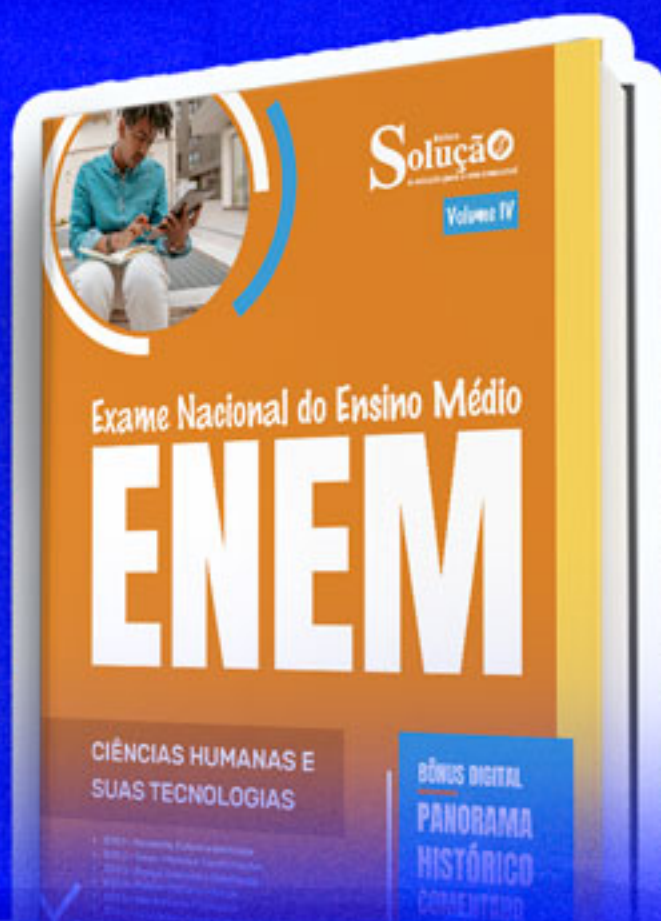
Entretanto, essa democratização do acesso à informação não ocorre sem desafios. A mesma estrutura que permite maior liberdade de expressão também facilita a disseminação de desinformação e fake news. Notícias falsas, muitas vezes produzidas com intenções políticas ou econômicas, espalham-se rapidamente pelas redes, influenciando opiniões e comportamentos. Em períodos eleitorais, por exemplo, a circulação de informações enganosas pode comprometer o debate público e afetar a tomada de decisões dos eleitores. Assim, a tecnologia, ao mesmo tempo em que amplia o acesso à informação, pode fragilizar a qualidade do diálogo democrático.

A velocidade com que conteúdos são compartilhados no ambiente digital dificulta a verificação da veracidade das informações. Nesse contexto, torna-se indispensável o desenvolvimento do pensamento crítico e da chamada educação midiática, que capacita os cidadãos a analisar fontes, checar dados e identificar possíveis manipulações. A formação de leitores críticos é essencial para a consolidação de uma democracia sólida, na qual as decisões coletivas sejam baseadas em informações confiáveis.

Outro ponto central nesse debate diz respeito à privacidade e à proteção de dados. As plataformas digitais coletam, armazenam e processam grandes volumes de informações pessoais, como preferências de consumo, localização e interações online. Esses dados são utilizados, entre outras finalidades, para direcionamento de publicidade e personalização de conteúdo. Embora esse processo possa trazer conveniência ao usuário, ele também levanta preocupações quanto ao uso indevido de informações sensíveis. No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) representa um avanço legislativo ao estabelecer regras para o tratamento de dados pessoais, garantindo maior transparência e controle ao cidadão. Contudo, sua eficácia depende de fiscalização adequada e do conhecimento da população sobre seus direitos.

Além disso, a expansão da inteligência artificial introduz novos dilemas éticos. Algoritmos são programados com base em dados e padrões existentes, o que significa que podem reproduzir preconceitos estruturais da sociedade. Em áreas como concessão de crédito, seleção de candidatos a empregos ou sistemas de reconhecimento facial, decisões automatizadas podem reforçar discriminações se não houver supervisão adequada. Dessa forma, a discussão sobre ética digital envolve princípios como transparência, responsabilidade e equidade.

Em uma redação do ENEM, é relevante articular esses elementos com repertórios socioculturais pertinentes, como o conceito de “sociedade da informação”, que destaca o papel central do conhecimento na organização social contemporânea, ou reflexões sobre vigilância e controle na era digital. O candidato



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!